

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO  
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900  
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO  
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

## Diretor Responsável

RUY MESQUITA

## Diretores

Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

## Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

## Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

## Editor Chefe

Celso Kijijô

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

## Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

## Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

## Agora, o fantasma do choque.

Aos empresários que, reunidos anteontem na Fiesp para o debate sobre o Processo de Modernização da Economia Brasileira, voltaram a pedir a redução das taxas de juros e a adoção de medidas que aliviem a recessão, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, respondeu com clareza: nas circunstâncias atuais, mudar a política econômica é tornar ainda mais graves os problemas do País.

A intenção do governo, disse Gros, era manter a política de juros altos apenas por um período limitado, até que surgissem indicações de que a inflação estava cedendo. Até agora não apareceram esses sinais e a política monetária rígida precisa ser mantida. Como toda medida de política econômica, essa também tem seus custos e seus benefícios. Do lado positivo, há a relativa estabilidade da inflação, que continua num nível muito alto, mas pelo menos não apresenta — ainda — tendência de crescimento acelerado. Do lado negativo, há a retração dos negócios imposta pelos juros altos, que, impedindo o avanço mais rápido da inflação, aprofunda a recessão.

Gros reconhece esses custos, mas adverte que aqueles que defendem mudanças na política do governo não revelam os custos sociais e econômicos dessas mudanças. O abrandamento da política monetária agora, antes de se promover o ajuste fiscal, provocaria a queda das reservas cambiais ou a reindexação completa e formal da economia, inclusive com a volta do **overnight** e da ciranda financeira. Voltaríamos a uma situação igual à do início de 1990, quando o País chegou a um passo da hiperinflação.

Foi uma resposta do presidente do Banco Central também aos que, fora do ambiente empresarial — no meio acadêmico e no Congresso Nacional —, começam novamente a defender, direta ou indiretamente, a adoção de medidas heterodoxas na economia.

Os políticos encarregados de montar a base de sustentação do presidente Fernando Collor de Mello para a sua luta contra o **impeachment** já falam numa “reforma econômica”, que nada tem a ver com as profundas mudanças de que o País necessita, começando pela reforma fiscal e as medidas destinadas a modernizar a economia brasileira, e chegando à indispensável reforma política, mas que quer dizer simplesmente uma substituição da política adotada pela equipe do Ministério da Economia. “Medidas econômicas reverterem crises políticas”, resume o vice-líder do governo na Câmara, deputado José Lourenço, lembrando o caso do presidente argentino Carlos Menem, que adotou a dolarização da economia quando seu prestígio era muito baixo e hoje está com a popularidade em alta.

Não é o caso de se discutir até quando o Plano Cavallo — como ficou conhecido o choque da dolarização argentina — continuará produzindo resultados positivos, mas é preciso observar que, antes dele, o governo, apoiado numa sólida maioria no Congresso, já tinha realizado o ajuste fiscal que tem evitado o déficit público. No Brasil, tudo ainda está por ser feito nesse campo.

O que os políticos governistas desejam é um “milagre” que, de uma hora para outra, faça cair os índices de inflação. Querem um “choque” heterodoxo, tema que volta a ani-

mar, de maneira intensa e preocupante, os debates acadêmicos e até políticos.

Os que voltam a pensar em “choque” esquecem que, para torná-lo possível, primeiro seria preciso afastar o ministro Márcilio Marques Moreira, convocado pelo presidente Collor exatamente para recuperar para o seu governo a confiança perdida no desastre do “choque” dos planos 1 e 2 que levaram seu nome. A confiança resgatada por Márcilio esvaiu-se durante os trabalhos da CPI de PC Farias. Mas um novo choque poria a perder todo o sacrifício que se impôs aos agentes econômicos e a todos os brasileiros, como preparação do terreno para a adoção da reforma fiscal indispensável para que a inflação recue para níveis civilizados e a economia retome seu ritmo histórico de crescimento, que a situa entre as mais dinâmicas do mundo.

Foi isso que Francisco Gros tentou demonstrar ao seu auditório.

Já o ministro Márcilio Marques Moreira, falando à mesma platéia, preferiu não se cingir à situação crítica do momento, dando a muitos a impressão de que já não confia tanto na possibilidade de superá-la.

Mais do que aos empresários que estavam na platéia ele dirigiu-se aos políticos brasileiros para dizer-lhes que o problema brasileiro não é um problema econômico. O problema são eles, os políticos, a sua mentalidade que levou à degeneração do Estado Nacional, hoje um gigante totalmente ineficiente, minado pelo vírus da corrupção, e a esse sistema eleitoral e partidário que o ministro apontou como o grande responsável pela ineficiência de qualquer política econômica de qualquer governo.

“Uma reforma fiscal e tributária não se dá no vácuo. Ela deve ser feita no seio de uma sociedade e de um sistema político cuja representação no Congresso não seja fragmentada, tornando o consenso penoso e custoso”, observou Márcilio, mostrando por que o problema maior do Brasil não é econômico, mas político.

“Não adianta procurar uma reforma fiscal quando ela se dá (só pode se dar) dentro de um contexto que envolve o consenso de um fórum qualificado e a discussão de reformas constitucionais. Isto não se consegue num sistema que privilegia a divergência e não a convergência.”

Em outras palavras, nossa economia só chegará à estabilização definitiva quando nosso sistema político permitir que os processos de decisão sejam comandados por uma maioria estável do Executivo no Congresso Nacional e não, como agora, em maiorias episódicas formadas a partir de interesses político-eleitorais.

Há que mudar, urgentemente, a lei eleitoral, a legislação partidária e os procedimentos legislativos — além, naturalmente, da “cultura” de nossos políticos — para se chegar a um sistema que, como disse Márcilio, privilegie a convergência e não a divergência. Mas, enquanto a reforma estrutural não acontece, espera-se que o Congresso Nacional compreenda que a crise econômica que nos flagela há dez anos tende a se agravar vertiginosamente com o agravamento da crise política, se os parlamentares não derem a ela a mesma prioridade que estão dando à guerra do **impeachment**.